



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### **OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONEXÃO À INTERNET BANDA LARGA, POR MEIO DE TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO E GARANTIA DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (SLA).



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO



## INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Referência: Inciso XI, do art. 2º e art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.

## 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso I da Lei 14.133/2021)

A Administração Pública Municipal depende integralmente de sistemas informatizados e serviços digitais para execução de suas atividades administrativas e finalísticas.

A conectividade à internet é essencial para:

- operação de sistemas de gestão pública (ERP);
- transmissão de dados aos órgãos de controle (Tribunais de Contas, Receita Federal, Ministérios);
- atendimento ao cidadão por meio de serviços digitais;





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

- funcionamento de unidades de saúde (PEC/e-SUS, regulação e prontuário eletrônico);
- atividades educacionais com uso de plataformas digitais.

A indisponibilidade ou baixa qualidade da internet compromete diretamente:

- a continuidade dos serviços públicos;
- o cumprimento de obrigações legais;
- a eficiência administrativa;
- o atendimento à população.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de contratação de serviço contínuo, estável e com alto nível de desempenho.

## **2. ÁREA REQUISITANTE**

<u>Identificação da área requisitante</u>	<u>Nome dos responsáveis</u>
Secretaria do sistema econômico	Marcio Jose Martinho

### **PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)**

Esta previsto no plano anual.

### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)**

A solução deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- fornecimento de link dedicado corporativo, vedado uso de plano residencial;





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

- garantia de 100% da banda contratada (download e upload);
- utilização de tecnologia 100% fibra óptica;
- segregação de tráfego (VLAN ou equivalente);
- fornecimento de IP público fixo para pontos críticos;
- SLA mínimo de disponibilidade:
  - 99,5% (unidades administrativas);
  - 99,7% (saúde e CPD);
- suporte técnico 24x7;
- monitoramento proativo (NOC);
- manutenção preventiva e corretiva;
- proteção contra ataques DDoS;
- compatibilidade com ferramentas de monitoramento (ex: Zabbix);
- conformidade com normas da ANATEL e LGPD.

**ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)**

A contratação contempla diversos pontos distribuídos no território do município, com velocidades variadas conforme a criticidade da unidade.

Valor estimado mensal: R\$ 14.479,00

Valor estimado anual: R\$ 173.748,00

A estimativa foi elaborada com base em levantamento técnico das necessidades de cada unidade administrativa e operacional.

**DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)**





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de conectividade, abrangendo:

- instalação de infraestrutura de fibra óptica;
- fornecimento de equipamentos em comodato;
- configuração e ativação dos links;
- operação contínua com garantia de desempenho;
- suporte técnico especializado;
- monitoramento e manutenção;
- desmobilização ao final do contrato.

A solução deverá garantir:

- alta disponibilidade;
- estabilidade de conexão;
- baixa latência;
- escalabilidade futura.

**JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)**

A contratação não deverá ser parcelada, pois os serviços são tecnicamente interdependentes e exigem gestão integrada da infraestrutura, suporte e operação por um único fornecedor.

O parcelamento poderia comprometer:

- a qualidade do serviço;
- a responsabilidade técnica;
- o cumprimento dos SLAs.





**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)**

Com a contratação, pretende-se alcançar:

- continuidade dos serviços públicos;
- maior eficiência administrativa;
- estabilidade dos sistemas informatizados;
- melhoria no atendimento ao cidadão;
- suporte adequado às áreas de saúde e educação;
- redução de falhas e indisponibilidades;
- maior controle e monitoramento da rede.

**PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)**

- levantamento dos pontos de instalação;
- verificação da infraestrutura interna das unidades;
- definição dos responsáveis técnicos;
- disponibilização de acesso às unidades para instalação;
- organização do ambiente para recebimento dos equipamentos.

**CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)**

A presente contratação está diretamente relacionada a:

- sistemas de gestão pública;
- plataformas governamentais;





- sistemas de saúde e educação;
- infraestrutura de TI do município.

**IMPACTO AMBIENTAL (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)**

A contratação não apresenta impactos ambientais relevantes.

**POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)**

Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação é:  
tecnicamente necessária, devido à essencialidade da conectividade;  
economicamente viável, considerando os benefícios operacionais;  
administrativamente indispensável, para garantir a continuidade dos serviços públicos.

Recomenda-se o prosseguimento da contratação por meio de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento por menor preço.

Morro da Fumaça/SC, 22 de abril de 2026.

Marcio Jose Martinho

Coordenador de TI

